

Resumo dos jornais de 2ª feira (21/06/2021)

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Edição – Chico Bruno Manchetes e resumos FOLHA DE S.PAULO – Sem perspectiva, metade dos jovens quer deixar país. A manchete mostra que cerca de 50 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos revelam uma juventude decepcionada, sem perspectiva de trabalho e insatisfeita com a condução do país. Se pudesse, quase a metade deles (47%) deixaria o Brasil, que jamais teve ou terá tantos jovens como agora. Uma série de pesquisas aponta que nunca foi tão alta a proporção dos que nem trabalham nem estudam (há 27,1% dos chamados “nem-nem”) e que 70% dos jovens têm dificuldade de encontrar trabalho. Os dados constam do recém-lançado Atlas das Juventudes e de novos estudos da FGV Social. Isso ocorre no auge do bônus demográfico, quando o Brasil teria a chance de acelerar o crescimento contando com uma proporção inédita de pessoas em idade profissional. Se não for alterado, o cenário de trabalho para esse grupo configura um desperdício de potencial histórico. Para José Marcio Camargo, economista e professor da PUC-Rio, seria fundamental o Brasil adotar programas de especialização, já que pandemia deu vantagem aos mais escolarizados, elevando a desigualdade. “Vamos conviver com isso por muito tempo.” CORREIO BRAZILIENSE – Caçada a Lázaro de dia e de noite A manchete informa que já lá se vão 13 dias de cerco ao criminoso mais procurado do DF e do Entorno. Cerca de 270 policiais militares fazem operações constantes na região do distrito de Girassol para capturar Lázaro Barbosa. As ações noturnas contam, por exemplo, com câmeras térmicas, mas a área de atuação é grande para os poucos equipamentos que estão sendo utilizados. As investigações apontam que não há indícios da fuga de Lázaro para Águas Lindas nem que tenha conseguido furar o cerco delimitado pelas equipes, de aproximadamente 10km. ESTADO DE S.PAULO – 1 em cada 4 senadores é alvo de ação de improbidade A manchete revela que levantamento feito pelo Estadão em tribunais do País mostra que 21 dos 81 senadores (25.9%) que vão analisar mudanças na Lei de Improbidade Administrativa respondem a ações por contratos firmados quando eram prefeito ou governador. A alteração da lei pode favorecê-los, caso se decida pela retroatividade da mudança. No total, a reportagem encontrou 37 senadores que respondem a ações penais e ou de improbidade – um chegou a ser condenado a 2 anos e 8 meses de prisão por peculato, mas a pena estava prescrita. Entre as mudanças na lei já aprovadas pela Câmara está a que acaba com a modalidade culposa. Pela alteração, será preciso provar a intenção do gestor de provocar danos ao Erário. O projeto ainda dá prazo de 180 dias, prorrogáveis por igual período, para concluir o inquérito civil público. O prazo é considerado exíguo por promotores e procuradores em casos complexos. O GLOBO – Ensino remoto deixa alimentação de 2,7 milhões de crianças deficiente A manchete informa que mais de um ano após a pandemia impor ensino remoto aos alunos de todo o país, 677 redes municipais ainda não possuem programas para garantir que os alunos tenham em casa as refeições que tinham na escola. Como resultado, o Brasil tem pelo menos 2,7 milhões de crianças com alimentação deficiente, muitas das quais em situação de fome. Os municípios não agiram mesmo tendo verbas federais à disposição. Os dados são do Painel de Acompanhamento da Educação Básica no contexto da pandemia, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Valor Econômico – Empresas tiram projetos do papel com alta do petróleo A manchete revela que a recente recuperação dos preços do petróleo no mercado internacional tem favorecido o ambiente para empresas do setor avançarem em novos projetos. Neste mês, quando o barril do tipo Brent ultrapassou os US\$ 70 pela primeira vez em dois anos, a Petrobras, a norueguesa Equinor e a australiana Karoon anunciaram investimentos de cerca de US\$ 10,5 bilhões no Brasil, para os próximos anos. A lista de planos inclui a oitava plataforma do megacampo de Búzios, da Petrobras, no pré-sal, e os projetos de Bacalhau, operado pela Equinor, e Patola, da Karoon. Juntos, esses ativos devem contribuir, no pico de suas operações, com uma produção aproximada de 410 mil barris diários – o equivalente a 14% do volume produzido no país, na média do ano. Notícia do dia: O

contrato bilionário do governo federal com a Bharat Biotech, laboratório indiano responsável por produzir a vacina contra a covid-19 Covaxin, firmado em fevereiro deste ano, estará no centro das discussões desta semana da CPI que investiga as ações durante a pandemia. Os parlamentares querem entender o motivo de o Executivo ter disponibilizado R\$ 1,614 bilhão para adquirir 20 milhões de doses do imunizante, que, até hoje, não recebeu autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para uso emergencial no país, e esclarecer por que o governo usou a Precisa Medicamentos, representante do laboratório no Brasil, como intermediária no processo de compra, ignorando os meios oficiais de negociação. Dos depoimentos previstos para os próximos dias, o do sócio-administrador da Precisa, Francisco Emerson Maximiano, na quarta-feira, é tido como um dos mais relevantes entre os senadores. Para alguns dos integrantes do colegiado, a Covaxin não é o problema maior, mas a maneira como o governo se portou para comprar o produto desenvolvido pela Bharat Biotech. Há pouco mais de uma semana, o Correio mostrou que a CPI conta com um documento que informa que um terço do valor do contrato, pouco mais de R\$ 500 milhões, seria repassado à Precisa, que nega ter recebido ou que receberá essa quantia. O objetivo, com isso, seria acelerar o processo de contratação da Covaxin. Em nenhuma das outras negociações para compra de vacinas contra a covid-19, o Executivo adotou essa estratégia. Primeiras páginas dos jornais Esquerda tenta ampliar atos contra Bolsonaro – Com aumento de público entre 29 de maio e 19 de junho, organizadores dos protestos de oposição veem espaço para que a mobilização pelo impeachment de Jair Bolsonaro se amplie e fazem acenos ao chamado centro. Do outro lado, entre quem rejeita o presidente e também Lula (PT), há resistência de partidos a pressionar pela saída de Bolsonaro e de movimentos a integrar manifestações vistas como eleitorais, em apoio ao petista. Uma reunião de avaliação dos atos e planejamento de possíveis novas manifestações está marcada para terça-feira (22). As ações de rua são vistas com cautela por parte dos organizadores em meio à pandemia do coronavírus. Para parte dos organizadores ouvida pela Folha, a mobilização anti-Bolsonaro tem vias para se expandir, seja pela crescente indignação com ações negacionistas do presidente, ou seja, pelo esperado aumento do percentual de vacinados nos próximos meses. Mas, principalmente, a avaliação é a de que a mobilização só deixará de representar apenas um desgaste para Bolsonaro e se tornará uma pressão efetiva para que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pautе o impeachment se houver adesão do centro. O líder do MBL (Movimento Brasil Livre), Renan Santos, lembra que as manifestações pela saída de Dilma Rousseff (PT) atingiam campos maiores da sociedade, “de apoiadores da ditadura militar a tucanos”, diz. Na esquerda, os exemplos de unidade bem-sucedidos citados são as Diretas Já e o impeachment de Fernando Collor, em 1992. AGU defende levar processos de civis para a Justiça Militar – O governo de Jair Bolsonaro defende que civis sejam julgados e punidos pela Justiça Militar por supostas ofensas a instituições militares e às Forças Armadas. A defesa foi feita em um parecer assinado pelo advogado-geral da União substituto, Fabrício da Soller, e protocolado no STF (Supremo Tribunal Federal) na quinta-feira (17). A posição da AGU (Advocacia-Geral da União) se baseou em pareceres elaborados pelas áreas jurídicas do Ministério da Defesa, de Exército, Aeronáutica e Marinha e da Secretaria-Geral da Presidência da República. A manifestação do governo se deu no curso de uma ação, chamada ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental), movida no Supremo pela ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Na ação, a ABI aponta um silenciamento de jornalistas e ativistas por meio de ameaças, hostilização, instauração de procedimentos de responsabilização criminal, censura via decisões judiciais, indenizações desproporcionais determinadas pela Justiça e ajuizamento de múltiplas ações de reparação de danos contra um mesmo jornalista ou um mesmo veículo de imprensa. A ABI pede na ação que seja considerada inconstitucional a aplicação de artigos da lei no sentido de coibir a publicação de informações referentes a servidores públicos, pessoas públicas, candidatos a cargos eleitorais, militares e instituições militares. No caso dos militares, a previsão existe no Código Penal Militar, uma lei decretada em 1969, no auge da ditadura militar (1964-1985). Segundo o código, civis podem ser julgados e punidos por crimes militares, em casos de ofensas e ataques a instituições militares e às Forças Armadas. Esse entendimento vale para os chamados crimes contra a honra. Escravidão persiste e negro não é visto como ser humano – Em meados dos anos 1980, em visita ao Rio de Janeiro, Frank B. Wilderson 3º foi parar em uma festa numa mansão. Ele havia ido encontrar um grupo de brasileiros brancos de Ipanema, bairro de classe alta da zona sul da cidade, amigos de uma mulher com quem estava saindo. Quando entrou, todos ficaram em silêncio. Sua acompanhante foi rápida ao dar uma explicação para a presença daquele homem negro na festa — “ele é corretor da Bolsa”, disse, tranquilizando os demais. “Ela lavou a negritude de mim”, afirma o escritor americano em entrevista à Folha. Professor de estudos afro-americanos na Universidade da Califórnia em

Irvine, tem agora seu primeiro livro publicado no Brasil, “Afropessimismo” (trad. Rogério W. Galindo e Rosiane Correia de Freitas, Todavia, R\$ 84,90, 400 págs., R\$ 54,90 ebook). A obra narra situações semelhantes à da festa no Rio, em que o autor foi alvo de violência racial, desde a infância em Minneapolis, no norte dos Estados Unidos, até sua passagem pela África do Sul, onde fez parte do Congresso Nacional Africano. Os relatos são costurados às premissas da teoria do afropessimismo. Aos 65 anos, Wilderson diz não estar interessado em conciliações ou reformas. Sua energia está voltada a denunciar o lugar ocupado pelo negro no inconsciente coletivo. Para o autor, a escravidão nunca terminou, e o corpo negro não é considerado humano. Com energia mais cara, brasileiro vai atrasar contas – O agravamento da crise hídrica encareceu a conta de luz do brasileiro e muitos podem não conseguir honrar seus compromissos nos próximos meses. De acordo com a Serasa, a inadimplência em contas básicas, como energia, água e gás, representava 22,3% do total de débitos em maio, e a tendência é de crescimento com os sucessivos reajustes nos preços desses serviços. Ao todo, são 36,9 milhões de faturas atrasadas no segmento. A alta no valor do gás de cozinha também tem pressionado a renda das famílias. “O aumento no valor das contas de luz e gás pode impactar o orçamento dos brasileiros e resultar no atraso do pagamento”, diz Nathalia Dirani, gerente da Serasa. Em dezembro, os calotes em serviços básicos bateram recorde – o percentual foi de 23,6%, maior valor de toda a série histórica iniciada em janeiro de 2018. A inadimplência nessas contas cresceu mês a mês desde o início da pandemia de Covid-19, em março de 2020, mas caiu em janeiro deste ano e ficou entre 22,2% e 22,7% nos meses seguintes. O número de maio é 0,4 ponto percentual menor que o de abril. Segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), a bandeira vermelha, a mais cara cobrada sobre a conta de luz, deverá subir mais de 20% em razão do baixo nível dos reservatórios de água. Investidor estrangeiro volta e mira ‘onda’ de IPOS – Desde janeiro, o saldo de dinheiro estrangeiro na B3, a bolsa de valores de São Paulo, já chega a R\$ 44 bilhões – número que contrasta fortemente com o primeiro semestre do ano passado, quando a bolsa viu uma saída de R\$ 76 bilhões de dinheiro dos investidores de outros países. E a expectativa do mercado é que esse fluxo melhore ainda mais, puxado pelas aberturas de capital de grandes empresas previstas para julho – como Raizen, da Cosan, CBA, da Votorantim, e CSN Cimentos (ver página B3). “A chance é de termos uma ‘janela’ (de aberturas de capital) muito forte. Já houve uma retomada da entrada de estrangeiros nas últimas semanas. E, para se atrair o estrangeiro, quanto maior a operação, mais fácil fica”, diz Roderick Greenleess, responsável global do banco de investimento do Itaú BBA. “Estamos vendo agora um volume de estrangeiros um pouco maior do que no passado recente. Ele começou a montar uma posição em Brasil, e isso ajuda, mas tem ocorrido, por enquanto, mais no secundário (em ações que já estão listadas na bolsa)”, comenta Fábio Nazari, sócio do BTG Pactual responsável pelo mercado de renda variável. O executivo cita que a Bolsa contou com um “rally” recente e, apesar de um pouco mais de volatilidade nas últimas semanas, a demanda pelas últimas ofertas tem sido grande. O próprio BTG fez uma oferta de ações neste mês de quase de R\$ 3 bilhões, registrando elevada demanda. Candidato não precisa ser do PSDB, diz Tasso – Apontado como um dos “presidenciáveis” do PSDB para a eleição de 2022, o senador Tasso Jereissati (CE) disse, ontem, ver como uma “possibilidade concreta” a formação de uma aliança de forças políticas de centro para fazer frente à polarização entre o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para Tasso, o candidato que represente este campo não necessariamente tem de ser do PSDB. “Não precisa ser do nosso partido”, disse o parlamentar, referindo-se ao nome que lideraria a coalizão. Ao participar de videoconferência do grupo Parlatório S.A., ontem, o senador cearense disse que a viabilidade de uma candidatura alternativa, a chamada terceira via, na corrida ao Palácio do Planalto do ano que vem, vai depender da pressão popular. “Se houver pressão da opinião pública, a possibilidade se torna mais concreta ainda”, afirmou o tucano. Tasso é um dos quatro nomes cogitados para ser o candidato presidencial do PSDB em 2022. Além do senador, concorrem ao posto os governadores João Doria (SP) e Eduardo Leite (RS) e o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio. As prévias do partido estão marcadas para novembro. Sem chip, montadoras adiam recuperação – O fechamento das fábricas da Volkswagen e da General Motors a partir desta segunda-feira, 21, e do corte de mais um turno de trabalho na Hyundai, dão o tom de um segundo semestre preocupante para a indústria automobilística brasileira, que segue com dificuldades em conseguir semicondutores para os veículos. O setor deve perder a chance de recuperar mercado no período em que tradicionalmente se vendem mais carros, na segunda metade do ano, e que vai coincidir com a retomada mais consistente da economia, melhora do Produto Interno Bruto (PIB) e mais pessoas vacinadas contra a covid. “É difícil afirmar, no momento, se vamos conseguir atender à demanda no segundo semestre”, admite o presidente da Associação Nacional

dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes. Ele concorda que, a partir do próximo mês, as previsões são de PIB um pouco melhor – apesar da inflação e dos juros mais altos –, e de maior controle da pandemia, “mas não podemos carimbar que vai ter oferta (de produtos)”. Moraes e outros executivos da cadeia preveem que o equilíbrio entre oferta e demanda se dará ao longo de 2022. Hoje, a espera por modelos como as picapes Strada e Toro, da Fiat, pode passar de três meses. “Se tudo der certo, o segundo semestre de fato será bom para a economia brasileira, o que deve aumentar a confiança do consumidor, reduzir o desemprego e melhorar a renda da população, mas não vai ter carro para entregar por falta de semicondutores”, avalia Ricardo Bacellar, da consultoria KPMG do Brasil. “Isso vai ser um problemão para a indústria.”

CPI já listou 38 potenciais falsos testemunhos – A CPI da Covid mapeou, no último mês, pelo menos 38 declarações contraditórias ou falsas de depoentes, a maioria do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello. O levantamento é feito durante cada sessão pela equipe do senador Renan Calheiros (MDB-AL) e deve ser encaminhado ao Ministério Público e incluído no relatório final, segundo integrantes da comissão. As contradições e mentiras de Pazuello e de outros integrantes do governo apontadas pela CPI reforçam, entre integrantes da comissão, a avaliação de que as autoridades foram treinadas e orientadas para tentar blindar o presidente Jair Bolsonaro em seus depoimentos. Tanto Pazuello quanto Queiroga alegaram ter autonomia para tomar decisões. O mapeamento começou a ser feito após o depoimento de Fabio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação Social do governo federal. Ele negou declaração que havia dado em entrevista à revista “Veja” de que teria havido “incompetência” de Pazuello. A CPI chegou a discutir sua prisão em flagrante pelo crime de falso testemunho, ideia descartada pelo presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM). Depois, a CPI pediu que o Ministério Público Federal (MPF) avaliasse se houve falso testemunho. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da comissão, defende que o mesmo seja feito com depoimentos do atual ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e de Pazuello. — Constatou que foi mentira, tem que encaminhar para o Ministério Público. A rigor, era para o cara ser preso na hora. Estamos fazendo uma concessão encaminhando para o Ministério Público depois — diz Randolfe.

Pazuello, segundo o levantamento do relator, teria mentido em 15 ocasiões. Disse que o Tribunal de Contas da União (TCU) teria feito ressalvas em relação à vacina da Pfizer, por exemplo, o que foi desmentido pela Corte. Sustentou que o Ministério da Saúde não teve relação com a produção de cloroquina pelo Exército, droga ineficaz no combate à Covid-19, contradizendo documentos da própria pasta. Mendonça acelera périplo por vaga no STF – Apontado como favorito do presidente Jair Bolsonaro para assumir a próxima vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado-geral da União, André Mendonça, tem feito um esforço para driblar as objeções ao seu nome no Senado, onde sua indicação teria que ser aprovada. Ele já se reuniu com cerca de 40 dos 81 membros da Casa e amanhã deverá ter um encontro com o grupo “Vanguarda”, formado por DEM, PL e PSC, que agrega 11 senadores no total. Sem traquejo político, o servidor de carreira enfrenta resistência por parte das duas maiores bancadas da Casa — o MDB, com 15 parlamentares, e o PSD, com 11 integrantes. Até mesmo aliados do governo como o ex-presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), não têm Mendonça como opção preferencial. A aprovação do advogado-geral da União para o Supremo depende do aval de ao menos 41 senadores, em votação secreta. Entre os membros da Casa com quem ele já se reuniu estão integrantes de siglas como PL, PSDB, DEM, PP e Podemos, mas nem todos saíram convencidos. Segundo o colunista Lauro Jardim, ele foi à sede do PL há duas semanas para uma conversa com o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, que foi preso no escândalo do mensalão. Mendonça tenta se viabilizar como candidato à Corte no lugar do ministro Marco Aurélio, que se aposenta no dia 12 de julho, quando completa 75 anos de idade. Interlocutores do advogado-geral da União minimizam a resistência e dizem que a recepção tem sido positiva no Senado após as conversas iniciais. Na visão de pessoas próximas a Mendonça, Alcolumbre é quem apresenta a maior resistência à candidatura no momento. De acordo com relatos, o senador não recebeu Mendonça, o que evidenciou o desconforto entre eles. No PSD, Mendonça foi recebido apenas por parte da bancada. A outra ala do partido se recusou a conversar com o postulante ao STF. A avaliação desses senadores, ouvidos em caráter reservado pelo Globo, é que o atual advogado-geral da União e ex-ministro da Justiça de Bolsonaro nunca procurou diálogo com o Senado e só agora, quando há interesse pela vaga no STF, é que tenta uma aproximação. No AM, polo de agronegócio vira foco de desmate — O projeto de criar um polo de agronegócio no Sul do Amazonas, que começou a ser desenhado por ruralistas em 2019 e ganhou apoio do governo federal, se transformou numa nova frente de desmatamento, grilagem e conflitos por terra na Amazônia. A área, batizada de Amacro — iniciais de Amazonas, Acre e Rondônia —, reúne 32 municípios dos três estados e integra um

levantamento feito pelo Greenpeace que aponta os atuais eixos de grilagem de terras na Amazônia. Ela se junta a localidades que chamam atenção há mais tempo, como Altamira, Novo Progresso e São Félix do Xingu, no Pará. A ONG descobriu, por exemplo, uma área de 95 mil hectares dentro do Parque Estadual de Matupiri, no município de Novo Aripuanã, no Amazonas, anunciada na internet por apenas R\$ 57 mil. Outra “fazenda” à venda na região, de 2 mil hectares, em Canutama, tem dois terços de sua área dentro de uma reserva extrativista, unidade de conservação de uso sustentável concedida a populações tradicionais. De janeiro a maio deste ano, segundo o instituto Imazon, 537 km² de floresta foram derrubados nos sete municípios do Sul do Amazonas que integram a área da Amacro (Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré e Nova Aripuanã). O total corresponde a 87% de todo o desmatamento ocorrido no estado do Amazonas no período. Em abril, a área desmatada no Amazonas ultrapassou a do Pará, que costumava revezar com o Mato Grosso o topo da lista dos estados que mais destroem a floresta. Dois municípios amazonenses, Lábrea e Apuí, foram os que mais desmataram na Amazônia. O pesquisador Antônio Fonseca, do Imazon, explica que os municípios da região têm se destacado nas medições do instituto. Se antes eles entravam esporadicamente nas listas dos maiores desmatadores, desde o fim de 2020 aparecem com frequência. — Isso indica uma nova frente de desmatamento, que não ocorria antes — diz. Destakes Inquérito apura repasses de R\$ 1,3 mi do PTB para Jefferson – Alvo de investigações no Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar possível uso do fundo partidário para produção e disseminação de fake news nas redes sociais, o presidente de honra do PTB, o ex-deputado federal Roberto Jefferson, recebeu repasses do próprio partido no valor de quase R\$ 1,3 milhão desde 2017. O político é investigado no âmbito do inquérito das fake news, sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, que já solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o envio de dados da prestação de contas da legenda dos últimos cinco anos. Em um levantamento do Globo com base em dados disponibilizados pelo TSE, é possível identificar nas despesas cadastradas pelo partido que Jefferson recebeu em média R\$ 300 mil por ano para gastos descritos como “serviços técnico-profissionais”. Os valores foram repassados ao político por meio do Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), documento legal de pagamento do trabalho autônomo de pessoas físicas, mas não há detalhes sobre o destino das quantias, nem sobre qual serviço foi realizado. A prestação de contas do Partido Trabalhista Brasileiro ao TSE revela um total de 62 transferências de recursos ao político, 15 vezes por mês entre 2017 e 2020. Neste ano, apenas três gastos do partido com Roberto Jefferson foram cadastrados até então: R\$ 23.245,50 pagos nos três primeiros meses do ano para os mesmos “serviços técnico-profissionais”. Ao analisar as informações, estes pagamentos ao ex-deputado se adequam a um padrão: há pelo menos cinco anos este mesmo valor foi transferido mensalmente, sempre nos primeiros sete dias de cada mês. As investigações sobre a possível atuação de Roberto Jefferson na produção de desinformação avançaram no Supremo após uma provocação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O Conselho Federal da instituição enviou a Moraes uma petição em que acusa Roberto Jefferson de usar suas redes sociais para divulgar notícias falsas. “A disseminação de notícias falsas na condição de presidente do PTB, ou seja, sem que se ocupe qualquer cargo eletivo ou mesmo exerça atividade empresarial, revela verdadeiro esquema de financiamento público, pois decorrente das verbas recebidas pela referida agremiação política por meio do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos”, afirmou a OAB. PF vê indícios de desvio para bancar gastos de parlamentar – Em uma investigação sigilosa sobre desvio de recursos na Companhia de Docas do Espírito Santo (Codesa), a Polícia Federal (PF) identificou indícios de que o esquema teria bancado despesas pessoais da senadora Rose de Freitas (MDB-ES), como a quitação de boletos de imóveis e fatura de cartão de crédito. A parlamentar, porém, nega ter praticado qualquer irregularidade e diz que as suas contas foram pagas de forma lícita e regular. Após a quebra do sigilo bancário de alvos da investigação, a PF descobriu transações financeiras suspeitas envolvendo o irmão da senadora, Edward de Freitas, e um primo dela, Ricardo Saiter, que eram funcionários da Codesa, administradora do Porto de Vitória, no Espírito Santo. De acordo com o inquérito sigiloso, obtido pelo Globo, os policiais encontraram indícios de que empresas com contratos com a Codesa seriam pressionadas a pagar propinas para Edward e Ricardo Saiter, que usariam os recursos arrecadados para quitar despesas da senadora. Foi com base nesses indícios, coletado ao longo da investigação, que a Polícia Federal cumpriu busca e apreensão nos endereços da senadora e a prisão temporária do seu irmão e do seu primo na Operação Corsários, deflagrada em 12 de maio após autorização do ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF). Procurada, a defesa de Rose de Freitas negou irregularidades e afirmou que as despesas da senadora foram pagas com recursos lícitos e regulares, não havendo qualquer conduta irregular por parte da parlamentar. “Em

respeito ao sigilo investigado pelo Ministro Nunes Marques no âmbito da citada investigação, entretanto, a defesa não fará comentários específicos sobre os trechos dos documentos vazados, supostamente contidos naquele inquérito”, afirmaram, em nota, os advogados Thiago Fleury e Marcelo Bessa, que defendem a senadora. Edward foi procurado por meio de seu telefone celular, mas não retornou. O Globo pediu esclarecimentos a Ricardo Saiter por meio da assessoria do gabinete da senadora, que informou não poder intermediar o contato. Após analisar e-mails e movimentações financeiras dos suspeitos, a PF descobriu que o gabinete de Rose de Freitas encaminhou para Edward e Ricardo boletos referentes a pelo menos três imóveis. O mais caro deles foi uma conta de R\$ 300 mil, referente a uma parcela da aquisição de um imóvel no Rio. A dupla, de acordo com a investigação, também teria recebido outro boleto de R\$ 38 mil, relacionado a um imóvel em Vila Velha (ES). Além disso, Saiter pagou um boleto de aluguel de R\$ 7.667,05 de um imóvel na Barra da Tijuca, no Rio, onde moraria a filha da senadora.

Capitais já projetam Carnaval em 2022 – Enquanto o País conta seus mortos e o medo de uma terceira onda da covid-19 ainda persiste, algumas capitais, como Rio, Recife e Salvador, fornecem motivos para sonhar: já projetam o carnaval 2022. “Está no nosso radar. Estamos observando experiências de outras cidades em países da Europa, EUA e na Oceania para projetar os protocolos que deveremos adotar após essa fase mais aguda”, disse João Campos (PSB), prefeito de Recife. Na semana passada, a capital pernambucana já iniciou a vacinação para pessoas com 43 anos ou mais. O Rio sediará um “evento teste” na Ilha de Paquetá, com todos os moradores vacinados, em setembro. “As coisas caminhando como estão caminhando, vamos fazer o maior carnaval da história”, disse Eduardo Paes.

Fábio Mota, secretário de Cultura de Salvador, disse que já está assinando contratos com fornecedores para a festa. “Estamos tendo as reuniões de planejamento da parte estrutural, caminhando como se fosse ter o carnaval normalmente”, afirmou. Salles na berlinda – No começo do mês, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e autorizou a abertura de um inquérito contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. O dirigente da pasta é acusado pela Polícia Federal de tentar atrapalhar investigação para proteger madeireiros. As acusações foram feitas pelo delegado Alexandre Saraiva. O ministro teria atuado para impedir a fiscalização do Ibama e da PF sobre a maior apreensão de madeira da história do país. Salles já é investigado em um outro inquérito no Supremo, relatado pelo ministro Alexandre de Moraes, por suspeita de facilitar exportação ilegal de madeira. Saraiva foi retirado do comando da superintendência da PF no Amazonas após enviar à Corte, em abril, um pedido de investigação contra o ministro. Mesmo após as polêmicas em torno do ministro e ter sido aconselhado internamente a afastar Salles do cargo para preservar a sua gestão, o presidente Jair Bolsonaro pretende mantê-lo e o elogiou publicamente dias depois, caracterizando-o como “excelente”. “Temos um excelente ministro do Meio Ambiente também, Ricardo Salles. E quem é bom, o pessoal atira. Ninguém vai dar tiro em alvo não compensador”, defendeu. Na tentativa de sair do radar e tentar sobreviver no governo, Salles ainda diminuiu o número de aparições públicas, entrevistas e mesmo postagens nas redes sociais. Salles levou celular à PF, mas não deu senha – Ricardo Salles (Meio Ambiente) entregou seu celular à Polícia Federal, mas não forneceu a senha do aparelho, o que dificulta o acesso de investigadores. Alvo da Akunduba, o ministro de Jair Bolsonaro não foi encontrado nos endereços citados no dia da deflagração da operação, em 19 de maio, e, por isso, não teve o celular apreendido. Dezenove dias depois, sob pressão, Salles entregou por conta própria seu telefone à PF. A defesa alegou que o celular não tinha sido requerido na data da diligência. Salles, ou qualquer outro investigado, não tem obrigação de entregar a senha do celular para a polícia. A Constituição não obriga qualquer pessoa a produzir provas contra si. A postura do alvo, porém, é levada em consideração na apuração. Procurado pelo Painel, o ministro não se manifestou. Autorizada por Alexandre de Moraes, do STF, a operação mira suposto favorecimento a empresários do setor de madeiras por meio da modificação de regras com o objetivo de regularizar cargas apreendidas no exterior. CPI vai pedir ajuda da Interpol para encontrar Wizard – O presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), diz que a comissão vai solicitar ajuda da Interpol para localizar o empresário Carlos Wizard. “Ele está em local incerto e não sabido. Vamos pedir ajuda para saber onde está e buscar o passaporte dele, como a Justiça já determinou”, afirma o senador. Na sexta (18), a Polícia Federal foi em busca do empresário, mas não o encontrou. A informação disponibilizada ao órgão é que Wizard está nos EUA.

Lula prepara viagem ao Nordeste – Depois uma série de encontros com líderes políticos em Brasília e no Rio de Janeiro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai desembarcar em julho para um périplo entre estados do Nordeste com objetivo de reencontrar antigos aliados e buscar novas parceiras mirando a eleição de 2022. A expectativa é de que o tour pela região aconteça em duas etapas, começando ainda

na primeira quinzena de julho. “Serão conversas políticas, sem relação com eleição. O presidente Lula quer debater sobre desenvolvimento regional, o combate à fome e a luta por vacinas”, afirma Márcio Macêdo, vice-presidente nacional do PT. Além de alinhar o discurso com a base e motivar a tropa de militantes, a viagem também tem como objetivo estreitar as conversas com potenciais aliados na região. Líderes locais do PSB e MDB serão os principais alvos. Os dois partidos se distanciaram do PT ao longo dos últimos anos e apoiaram majoritariamente o impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT) em um processo que deixou feridas abertas pelo caminho. No PSB, o movimento de aproximação deve ser selado com a provável filiação ao partido do governador do Maranhão Flávio Dino, que nesta quinta-feira (17) anunciou a sua desfiliação do PC do B. PT e PSB já haviam firmado parcerias no Piauí e Paraíba e iniciaram movimentos de reaproximação em Pernambuco e Sergipe. Na Bahia e Ceará, as alianças locais são históricas e sobreviveram às rugas dos últimos anos. A conversa com o PSB de Pernambuco será uma das prioridades do périplo de Lula pelo Nordeste. Já está engatilhada reunião com o governador Paulo Câmara (PSB). A Folha apurou que Lula pretende se encontrar com o prefeito do Recife, João Campos (PSB), um dos nomes dentro do partido que resiste a um apoio ao petista já no primeiro turno das eleições de 2022. Otto Alencar imprime marca assertiva na CPI da Covid e se cacifa para 2022 – Com o dedo indicador em riste, ele dispara críticas contra o presidente Jair Bolsonaro e faz inquirições na CPI da Covid, tratando desde a negociação da compra de vacinas até questões mais mezinhas como a diferença entre um vírus e um protozoário. O tom duro dos seus questionamentos, contudo, contrasta com o cerne de sua atuação política, marcada pela ginga que aprendeu como aluno aplicado de Mestre Bimba, o criador da capoeira regional. Aos 73 anos, o senador Otto Alencar (PSD-BA) já foi de tudo na política: deputado estadual, conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, vice-governador do estado por duas vezes e governador por oito meses. Em sua trajetória, atuou como uma espécie de camaleão político. Foi um dos mais fiéis aliados do ex-senador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007) até se tornar, nas palavras do senador Jaques Wagner (PT-BA), um “amigo de dentro de casa” dos principais líderes petistas do estado. “Sempre tive uma gratidão muito grande a ACM, que sempre foi muito correto e nunca errou comigo. Mas, depois que ele morreu, me senti à vontade para buscar um caminho diferente”, justifica Otto. Após o seu mandato como governador, Otto assumiu a Secretaria de Indústria e Comércio na gestão do governador Paulo Souto (PFL). Deixou o governo no final de 2004 para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, corte responsável por julgar as contas das 417 cidades baianas. Na época, adversários atribuíram a saída da política partidária a uma tentativa de blindagem: no tribunal, ele passaria a ter foro no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Outros compararam a partida como uma espécie de geladeira imposta pelo então senador ACM. Otto nega as duas versões e afirma que a ida ao Tribunal de Contas foi um caminho natural. Ficou seis anos na corte, onde notabilizou-se pela boa relação com prefeitos, mas diz que não se adaptou ao cargo: “Não nasci para ser juiz”. Foi resgatado para a política partidária em 2010, pelas mãos do então governador Jaques Wagner, que o convidou para ser candidato a vice-governador na sua campanha pela reeleição. A jogada foi determinante para Wagner reequilibrar o tabuleiro político na Bahia após o rompimento com Geddel Vieira Lima (MDB), na época ministro do governo Lula (PT). Ao se referir a Otto, Wagner dizia ter buscado “o camisa 10 do outro time”, numa referência ao grupo de ACM. Depois de quatro anos como vice-governador e secretário, chegou ao Senado em 2015 com o apoio ostensivo de Wagner, do hoje governador Rui Costa (PT) e de Lula. Do ex-presidente, Otto afirma ter gratidão. “Ele me apoiou em 2014 e foi decisivo para a minha eleição. Isso, para mim, sempre será motivo de gratidão e reconhecimento.” Diz que não teria dificuldade em apoiar uma nova candidatura de Lula em 2022. Sua atuação na esfera federal aponta nessa direção: mesmo quando seu partido, o PSD, endossou Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (sem partido), Otto manteve postura de independência —em 2016, votou contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Na esfera local, diz ser candidato à reeleição no Senado pela Bahia, mas seus aliados começam a insuflar uma possível candidatura ao governo do estado diante da vitrine política que ganhou na CPI. Um dos maiores entusiastas da candidatura ao governo é o também senador Angelo Coronel (PSD-BA), um de seus aliados mais próximos, que tem dito que a Bahia precisa de uma nova alternativa para além do PT de Wagner e do DEM do ex-prefeito de Salvador ACM Neto. Otto afirma que vai trabalhar para manter unido o grupo político, mantendo a parceria com o PT, e que não cogita uma candidatura ao governo na oposição. Por outro lado, diz que seu nome está à disposição, caso este grupo entenda que ele é a melhor opção para concorrer ao governo. Nise Yamaguchi processa senadores – A médica oncologista Nise Yamaguchi decidiu processar o presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), e o senador Otto Alencar (PSD-BA), também membro

da comissão, por danos morais. Ela pede ao menos R\$ 320 mil em indenização. Ela considera que os senadores a humilharam e foram misóginos (preconceito contra a mulher) durante seu depoimento na CPI no Senado, em 1º de junho. Na oitiva, a médica passou por uma “prova” de conhecimentos científicos ao ser interrogada por Otto, que também é médico. Insatisfeito com as respostas, o senador interrompeu Nise diversas vezes e chegou a classificá-la como “médica audiovisual”, em uma tentativa de expor suposto desconhecimento dela sobre temas ligados à pandemia. “Eu tenho que colocar meu repúdio à situação que estou colocada ali, em um gabinete de exceção. Estou me sentindo aqui bastante agredida neste sentido porque eu estou como colaboradora eventual de várias ações de uma relação direta com a situação clínica dos nossos pacientes e eu gostaria de ter, portanto, senador, a necessária avaliação dessa posição”, declarou Nise, na ocasião. Para Nise, Omar, como presidente da CPI, foi cúmplice por não ter impedido ou minimizado “a agressiva sanha de seu colega”. Na ação, seus advogados dizem que “a humilhação reverberou em milhões de visualizações no YouTube por todo o Brasil”. Nise pede indenização de não menos que R\$ 160 mil de cada um dos dois senadores, o que dá um total de, no mínimo, R\$ 320 mil. No entanto, no documento, os advogados dela citam pedir R\$ 360 mil considerando juros e correção monetária a partir da sentença condenatória, além do pagamento de custos com despesas processuais e honorários advocatícios. Em nota, Nise informou que os valores ganhos com o processo serão revertidos a hospitais que tratem de crianças com câncer.



Resumo de 2ª (21/06/2021)